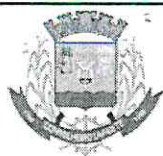


---

Abaixo assinado a seguir, qualificando, vem requerer:**Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete****MG**

Endereço: Av. Prefeito Mario Rodrigues Pereira, 10 - Centro - (31) 3769-2626 - CONSELHEIRO LAFAIETE -

---

**PROCESSO EXTERNO****Nº 3682 / 2021****vol.0**

Data de Abertura : 20/05/2021

Hora de Abertura : 11:09

Assunto : **DIVERSOS**

Interessado : VIAÇÃO TURISMO LTDA

Endereço : AVENIDA ANGELICA

, 2163 , CONJUNTO 172-E2

Bairro : CONSOLAÇÃO

CEP : 01227200

Cidade : SAO PAULO

UF : SP

Telefone : 9984168378

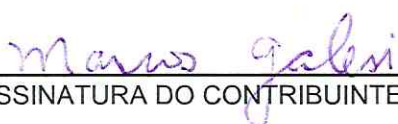
E-mail :

Celular : 11959691884

Encaminhar Para : DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

Descrição do Processo : RECURSO ADMINISTRATIVO ( VIAÇÃO TURISMO LTDA )

---

  
ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

---

ASSINATURA SERVIDOR / CARIMBOPara verificar seu protocolo, acesse o endereço eletrônico [www.conselheirolafaiete.mg.gov.br](http://www.conselheirolafaiete.mg.gov.br)

**VIAÇÃO TURISMO LTDA**  
**33.700.092/0001-71**  
**AVENIDA ANGELICA, 2163 – CONJUNTO 172-E2 - CONSOLAÇÃO**  
**SÃO PAULO – SP – CEP: 01.227-200**

**ILMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA  
MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE, MG**

**REF. CHAMAMENTO PÚBLICO SIMPLIFICADO PARA SELEÇÃO DE INTERESSADOS NA  
PERMISSÃO, A TÍTULO PRECÁRIO, DA EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE  
COLETIVO URBANO E RURAL NO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE**

**VIAÇÃO TURISMO LTDA.**, sociedade inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.700.092/0001-71, sediada na Avenida Angelica, 2163, conjunto 172- E2, Consolação, São Paulo, SP, CEP - 01227-200, neste ato representada por ELIA ALDERGHAM, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob o nº 238.570.388-29, RG/RNE: G464046-N, residente e domiciliado na Avenida Doutor Martin Luther King, 980, AP 262, Umuarama, Osasco - SP, CEP 06030-003, vem respeitosamente, perante V.Sras., apresentar RECURSO contra a inabilitação da peticionante para participação do Chamamento Público em Referência, pelos motivos de fato e de direito abaixo expostos:

**a) Sobre o descredenciamento da Viação Turismo, decorrente da falta de reconhecimento de firma do Sr. Elia Aldergham.**

A alegação de falta de reconhecimento de firma do Sr. Elia Aldergham na procuração outorgada ao Sr. Luis Aparecido Constantino, CPF 084.069.718-00 não é motivo para o descredenciamento da Recorrente do Chamamento Público em comento.

Isso porque tal medida fere o artigo 3º, inciso I da Lei nº 13.726/2018, visto que o documento de identidade do signatário, RNE< foi apresentado em cópia, cuja autenticação é dispensada nos termos do artigo 3º, § 3 da mesma lei.

No mais a mais, se não aceitos mesmo em violação aos dispositivos legais acima descritos, deveria a comissão de licitação, ao menos, colher do representante da recorrente a declaração escrita prevista no § 2º do artigo 3º da Lei 13.726/2018 para suprir a falta dos desnecessários reconhecimento de firma e autenticação de cópia, o que não foi feito, sendo, portanto, o descredenciamento ilegal, motivo pelo qual deve ser reformada a decisão em comento para

**ELIA ALDERGHAM**  
**E-MAIL: ELIA@VIACAOAMARELINHO.COM.BR**





**VIAÇÃO TURISMO LTDA**  
**33.700.092/0001-71**  
**AVENIDA ANGELICA, 2163 – CONJUNTO 172-E2 - CONSOLAÇÃO**  
**SÃO PAULO – SP – CEP: 01.227-200**

credenciar a Recorrente adequadamente para participação do Chamamento Público em comento.

**b) Da Inabilitação da Recorrente por suposta falta de apresentação de documentos solicitados no Edital.**

No que diz respeito a Inabilitação da Recorrente em decorrência da falta de apresentação de contrato social, verifica-se que era obrigação do titular da Comissão Permanente de Licitação sua autenticação, possível pela simples verificação de sua autenticidade em pesquisa simples realizada junto ao sítio eletrônico da Junta Comercial do Estado de São Paulo, nos termos da Lei 13.726/2018. No que diz respeito à falta de autenticação dos RNE do Sr. Elia Aldergham, além dos argumentos já trazidos acima, verifica-se que tal documento não constava na relação de documentos obrigatórios trazidas no Edital, e, portanto, jamais poderia ter sido utilizada pela Comissão Permanente de Licitação para caracterizar a inabilitação da Recorrente no certame.

Já no que tange às declarações previstas nos itens 6.4.1 a 6.4.5 do Edital, verifica-se que o Anexo V não foi disponibilizado ao procurador da Recorrente pelos membros da Comissão Permanente de Licitação no momento da entrega dos documentos de habilitação, para que estes validassem sua assinatura, motivo pelo qual a inabilitação por tal fundamento também não deve prosperar, visto que a Recorrente observa em suas atividades a totalidade das prescrições trazidas em tais itens.

No que diz respeito às certidões negativas de débitos, verifica-se que o presidente da Comissão Permanente de Licitação poderia ter realizado nova emissão das mesmas nos sítios eletrônicos dos entes governamentais competentes, e não o fez, sendo certo que sequer informaram os sítios eletrônicos utilizados para a suposta tentativa de validação das referidas certidões, o que pressupõe a necessidade de sua imediata aceitação por esta Comissão Permanente de Licitação.

No que diz respeito a não apresentação de Balanço Patrimonial da Recorrente, tem-se que a mesma se encontra respaldada no fato de que os mesmos ainda não são exigíveis para esta, visto que o prazo para apresentação dos mesmos perante a Receita Federal do Brasil se escoa no dia 30/07/2021, sendo, portanto inadequada sua inabilitação, devendo a Comissão

**ELIA ALDERGHAM**  
**E-MAIL: ELIA@VIACAOAMARELINHO.COM.BR**






VIAÇÃO TURISMO LTDA  
33.700.092/0001-71  
AVENIDA ANGELICA, 2163 – CONJUNTO 172-E2 - CONSOLAÇÃO  
SÃO PAULO – SP – CEP: 01.227-200

Permanente de Licitação, na sua falta e no silêncio do edital em relação a situações semelhantes, considerar a Recorrente automaticamente habilitada para participação do certame.

Perante todo o exposto, requer a revisão da decisão tomada pela Comissão Permanente de Licitação, promovendo o imediato credenciamento e habilitação da Recorrente para participação da próxima fase do CHAMAMENTO PÚBLICO SIMPLIFICADO PARA SELEÇÃO DE INTERESSADOS NA PERMISSÃO, A TÍTULO PRECÁRIO, DA EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO E RURAL NO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE.

Termos em que,  
Pede Deferimento.

De São Paulo para Conselheiro Lafaite, 19 de maio de 2021.

  
VIAÇÃO TURISMO LTDA.

10. TABELIAO DE NOTAS DE OSASCO - SP. TELEFONE: 3681-1282  
Reconheço Por Semelhança 1 Firma(s) SEM VALOR economico de:  
ELIA ALDERGHAM  
OSASCO, 19 De maio De 2021. Em test. da Verdade.  
Gabriella Oliveira da Cruz Souza - ESTANTE AUTORIZADA  
Valor: R\$ 6,77. - Carimbo: 2173394 - IMP. CAMILA  
Selo(s): 0671AA-797008



ELIA ALDERGHAM  
E-MAIL: ELIA@VIACAOAMARELINHO.COM.BR



JUCESP PROTOCOLO  
0.309.435/20-1



**1ª. ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE  
EMPRESÁRIA LIMITADA**

**VIAÇÃO TURISMO LTDA**

**CNPJ 33.700.092/0001-71**

**NIRE 35.235.534.110**

Pelo presente instrumento particular de alteração do contrato social, nesta e melhor forma de direito as abaixo assinadas:

**IVANA ROCHA SILVA**, brasileira, maior, solteira, nascida em 16 de junho de 1.974, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 37.530.899-4-SSP/SP e do CPF nº 676.271.613-04, residente e domiciliada na Rua Conde de Sarzedas, nº 158, apto 203, bairro Sé, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP. 01512-000;

**EVELIN CAROLINA DO NASCIMENTO**, brasileira, maior, solteira, nascida em 14 de junho de 1.985, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 41.865.048-2-SSP/SP e do CPF nº 324.930.588-01, residente e domiciliada na Avenida Elisio Teixeira Leite, nº 7.486, apto 02, bairro Sitio Morro Grande, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP. 02810-000;

Únicas sócias componentes da sociedade empresária limitada que gira nesta cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com sede na Avenida Angélica, nº 2.163, conjunto 172 E 2VGS, bairro Consolação, CEP 01227-200, sob a denominação social **VIAÇÃO TURISMO LTDA**, contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35235534110 em 22/05/2019, inscrita no CNPJ sob nº 33.700.092/0001-71, têm entre si, justas e contratadas a presente alteração do contrato social e, ainda consolidar-se num só instrumento todas as disposições contratuais, de acordo com o que estabelecem as cláusulas e condições seguintes:

**DA ADMISSÃO DE SÓCIOS**

1 - A sociedade iniciou suas atividades em 15/04/2019 e o prazo de duração é por tempo indeterminado.

2 - As sócias decidem admitir novo sócio abaixo qualificado:

**ELIA ALDERGHAM**, brasileiro, maior, solteiro, nascido em 10/05/1997, empresário, portador da cédula de identidade de estrangeiro RNE nº G464046-N CGPI/DIREX/DPF e do CPF nº 238.570.388-29, residente e domiciliado na Avenida Doutor Martin Luther King, nº 980 - Apto 262 - Bairro Umuarama - CEP 06030-003, no Município de Osasco, Estado de São Paulo.





## DA CESSÃO DAS QUOTAS

3 - A sócia **IVANA ROCHA SILVA**, retira-se da sociedade vendendo, cedendo e transferindo, 100.000 (cem mil) quotas, no valor total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), ao novo sócio ora admitido, **ELIA ALDERGHAM**, já acima qualificado, valor este que, neste ato, declara ter recebido em moeda corrente nacional, dando e recebendo ao adquirente, plena, geral, rasa e irrevogável quitação por essas quotas, direitos e haveres a ela pertinente na sociedade, para nada mais reclamar, seja a que título for;

4 - A sócia **EVELIN CAROLINA DO NASCIMENTO**, retira-se da sociedade vendendo, cedendo e transferindo, 100.000 (cem mil) quotas, no valor total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), ao novo sócio ora admitido, **ELIA ALDERGHAM**, já acima qualificado, valor este que, neste ato, declara ter recebido em moeda corrente nacional, dando e recebendo ao adquirente, plena, geral, rasa e irrevogável quitação por essas quotas, direitos e haveres a ela pertinente na sociedade, para nada mais reclamar, seja a que título for.

5 - Tendo em vista a deliberação acima a Cláusula Quarta do contrato social é alterada e passa a vigorar com a seguinte redação:

### "CLÁUSULA QUARTA

O capital social é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), divididos em 200.000 (duzentas mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente do País, ficando sua totalidade subscrita e distribuída entre os sócios na seguinte proporção:

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR	PERCENTUAL
ELIA ALDERGHAM	200.000	R\$ 200.000,00	100,00%
<hr/>			
TOTAL	200.000	R\$ 200.000,00	100,00%

§ 1.º - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas ambas respondem solidariamente pela integralização do capital social.

§ 2.º - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento da outra sócia, a quem fica assegurada, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

§ 3.º - O sócio não responderá subsidiariamente pelas obrigações sociais, em atenção ao artigo 1054 c/c o artigo 997, VIII, do Código Civil - Lei 10406-02."

§ 4.º - O sócio ora admitido na sociedade, **ELIA ALDERGHAM**, permanecerá como único sócio pelo prazo legal de 180 (cento e oitenta) dias de acordo com o artigo 1033, IV do código civil.



§ 5.º - O sócio ora admitido na sociedade declara que não está impedido por lei especial, ou condenado a pena que vede, ainda que temporariamente para acesso a cargo público, ou crimes falimentares, prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo a fé publica ou a propriedade, enquanto perduram os efeitos da condenação (C.C. 1011 ART 1º)

### DA ALTERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

6 - A Administração da sociedade, neste ato passa a ser exercida pelo sócio **ELIA ALDERGHAM**, já supra qualificado neste instrumento, com amplos poderes e atribuições de assinar pela sociedade isoladamente, independentemente da ordem de precedência ou nomeação, representando a sociedade, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, perante terceiros, repartições públicas, autoridades federais, estaduais ou municipais; bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades para estatais, firmar contratos, assumir obrigações, movimentar contas bancárias, emitir e endossar cheques, transigir, firmar compromissos, sacar, emitir, endossar, avalizar ou aceitar duplicatas ou quaisquer outros títulos de crédito, a contratação de empréstimos bancários, dívidas e financiamentos em Instituições financeiras, vedado, no entanto, o uso da denominação social em atividades estranhas ao interesse social, assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar, alienar ou vender bens móveis e imóveis da sociedade, somente com autorização, concordância e assinatura de ambos os sócios e administradores, independentemente da ordem de precedência ou nomeação.

### CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

#### VIAÇÃO TURISMO LTDA

CNPJ 33.700.092/0001-71

NIRE 35235534110

**ELIA ALDERGHAM**, brasileiro, maior, solteiro, nascido em 10/05/1997, empresário, portador da cédula de identidade de estrangeiro RNE nº G464046-N CGPI/DIREX/DPF e do CPF nº 238.570.388-29, residente e domiciliado na Avenida Doutor Martin Luther King, nº 980 – Apto 262 - Bairro Umuarama – CEP 06030-003, no Município de Osasco, Estado de São Paulo.

Em face das alterações ocorridas, **resolve** promover a consolidação do Contrato Social da Sociedade Empresária Limitada sob a denominação de **VIAÇÃO TURISMO LTDA**, estabelecida à Avenida Angélica, nº 2.163, conjunto 172 E 2VGS, bairro Consolação, CEP 01227-200, devidamente registrada na JUCESP – Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº **35235534110** e inscrito no CNPJ (MF) sob o nº **33.700.092/0001-71**, em sessão de 22 de Maio de 2019.



Handwritten initials and a signature in the bottom right corner of the document.



## I - DO TIPO DE SOCIEDADE

A sociedade é empresária do tipo LIMITADA e, nos moldes dos artigos 1.052 a 1.087 da Lei n.º 10.406 de 10 de Janeiro de 2.002 do código civil, exercendo a atividade econômica empresarial organizada, incluindo atividade de importação e/ou exportação, que se regerá pelas cláusulas deste instrumento e nos casos omissos pela legislação vigente.

## II - DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

A sociedade empresária limitada gira sob a denominação social de **VIAÇÃO TURISMO LTDA.**

## III - DO OBJETO SOCIAL

A sociedade empresária limitada tem como objeto social a exploração do ramo de TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, COM ITINERARIO FIXO, INTERESTADUAL; TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, COM ITINERARIO FIXO, INTERMUNICIPAL, SOB REGIME DE FRETAMENTO, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL; TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL; SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO MECÂNICA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, AGÊNCIAS DE VIAGENS.

**Parágrafo Único:** A modificação do objeto social somente será possível com a anuência de ambos os sócios que compõem a totalidade do Capital Social.

## IV - DA SEDE SOCIAL

A sociedade empresária limitada, **VIAÇÃO TURISMO LTDA** e tem sua sede localizada à Avenida ANGELICA, 2163, CONJ 172 E 2VGS, Bairro: CONSOLACAO, São Paulo, SP, CEP: 01227-200.

**§ Único:** A sociedade poderá a qualquer tempo abrir ou fechar filial, ou qualquer dependência, mediante alteração contratual deliberada na forma da lei.



Handwritten signatures and initials in the bottom right corner of the document.



## V - DO CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), dividido em 200.000 (duzentas mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente do País, ficando sua totalidade subscrita e distribuída entre os sócios na seguinte proporção:

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR	PERCENTUAL
ELIA ALDERGHAM	200.000	R\$ 200.000,00	100,00%
TOTAL	200.000	R\$ 200.000,00	100,00%

§ 1.º - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas ambos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

§ 2.º - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurada, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

§ 3.º - O sócio não responderá subsidiariamente pelas obrigações sociais, em atenção ao artigo 1054 c/c o artigo 997, VIII, do Código Civil - Lei 10406-02.

## VI - DA DURAÇÃO DA SOCIEDADE

A sociedade empresaria limitada tem sua duração por tempo indeterminado, podendo, entretanto, ser dissolvida a qualquer época, uma vez observada à legislação vigente, considerando-se seu início em 15 de Abril de 2019.

## VII A ADMINISTRAÇÃO

A Administração da sociedade, neste ato passa a ser exercida pelo sócio **ELIA ALDERGHAM**, já supra qualificado neste instrumento, com amplos poderes e atribuições de assinar pela sociedade isoladamente, independentemente da ordem de precedência ou nomeação, representando a sociedade, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, perante terceiros, repartições públicas, autoridades federais, estaduais ou municipais; bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades para estatais, firmar contratos, assumir obrigações, movimentar contas bancárias, emitir e endossar cheques, transigir, firmar compromissos, sacar, emitir, endossar, avalizar ou aceitar duplicatas ou quaisquer outros títulos de crédito, a contratação de empréstimos bancários, dívidas e financiamentos em instituições financeiras, vedado, no entanto, o uso da denominação social em atividades estranhas ao interesse social, assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar, alienar ou vender bens móveis e imóveis da sociedade,



somente com autorização, concordância e assinatura de ambos os sócios e administradores, independentemente da ordem de precedência ou nomeação.

§1.º - O sócio administrador tem os poderes gerais para praticar todos os atos pertinentes à gestão em geral, e deverá agir de modo a objetivar o maior incremento dos negócios e objetivos sociais.

§2.º - O sócio administrador poderá nomear e destituir administrador não sócio através de documento apartado, sendo necessária para essa deliberação, a manifestação unânime das sócias.

§3.º - O sócio administrador poderá nomear procurador (es) para representá-la (s) junto a sociedade, mediante procuração específica.

§4.º - As procurações outorgadas pela sociedade terão prazo de validade limitado a 2 (dois) anos, exceto aquelas outorgadas para fins judiciais ou para a prática de ato específico, sem previsão exata de término, casos em que, cessadas as razões para as quais foram outorgadas, ficam automaticamente revogadas.

§5.º - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes perante a sociedade, atos de administradores, procuradores ou funcionários que importem na assunção de obrigações ou responsabilidades estranhas ao objeto social.

§6.º - Responde por perdas e danos perante a sociedade a administradora que realizar operações, sabendo ou devendo saber que estava agindo em desacordo com os princípios da sociedade.

## VIII - DAS DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS

As deliberações sociais serão tomadas por maioria absoluta dos votos representativos do capital social, em reuniões de sócios, presididas e secretariadas pelos sócios presentes, que lavrarão Ata de reunião levada posteriormente a registro em órgão competente. A cada cota possuída pelos sócios corresponde um voto nas deliberações sociais.

§1.º - A convocação para a reunião de sócios se dará por escrito, com obtenção individual de ciência, dispensando-se as formalidades da publicação do anúncio, conforme § 2º, do artigo 1.072, da Lei nº 10.406/02.

§2.º - A reunião dos sócios instala-se com a presença de todos.

§3.º - Fica dispensada a reunião dos sócios, quando estes decidirem por escrito sobre as matérias objeto de deliberação, nos termos do § 3º, do art. 1.072 da Lei nº 10.406/2002.

§4.º - A reunião dos sócios ocorrerá nos termos previstos em lei, ordinariamente, nos quatro primeiros meses depois de findo o exercício social, de acordo com o artigo 1.075 da Lei



Handwritten signature or initials in the bottom right corner.



10.406/2002 e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos sócios, salvo se todos os sócios estiverem presente e decidirem por escrito acerca da matéria em pauta.

§5.º - Nas reuniões, o sócio poderá ser representada por outro sócio ou por procurador devidamente constituído para este fim específico.

§6.º - Convenciona-se entre os sócios que a sociedade não terá Conselho Fiscal.

## IX - DA RETIRADA PRÓ -LABORE

O sócio administrador, **ELIA ALDERGHAM**, poderá ter direito a uma retirada mensal á título de pró-labore, quando a situação financeira da sociedade permitir, que será levado á débito da conta específica da sociedade, cujo valor deverá ser fixado de comum acordo entre as sócias, dentro dos limites estabelecidos pela legislação vigente.

## X - DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE

§1.º - Em caso de liquidação ou dissolução, aplicar-se-á o disposto nos Artigos 1.087 e 1.102 e seguintes do Código Civil, devendo os haveres da sociedade ser empregados na liquidação das obrigações e os remanescentes, se houver rateado entre as sodas em proporção ou desproporção de suas quotas, na qual será definido em reunião dos mesmos.

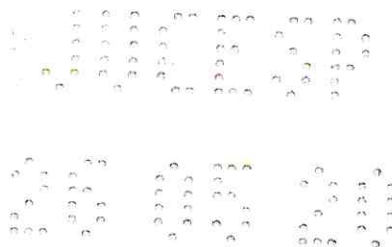
§2.º - A retirada, exclusão, falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou extinção de qualquer dos sócios não dissolverá a sociedade, a menos que o sócio remanescente resolva liquidá-la.

§3.º - Em caso de retirada, exclusão, falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou extinção, o sucessores do sócio retirante, excluída, falida, em fase de recuperação judicial ou extrajudicial, dissolvida ou extinta, não ingressarão na sociedade.

§4.º - Os haveres do sócio retirante, excluída, falida, em recuperação judicial ou extrajudicial, dissolvida ou extinta serão apurados de acordo com balanço especialmente levantado na data do evento, e pagos a quem de direito em até 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas, atualizado pelo IGP-M da FGV ou outro índice que venha a substituí-lo, vencendo-se a primeira 30 (trinta) dias após a data do balanço retro aludido, que deverá estar concluído dentro do prazo de 60 (sessenta) dias do evento que determinou o seu levantamento.



Handwritten signature or initials.



## XI - DO BALANÇO GERAL



O exercício social se encerrará a 31 de dezembro de cada ano, momento em que os administradores da sociedade prestarão contas justificadas de sua administração. Anualmente, dentro dos 04 (quatro) primeiros meses do encerramento do exercício social, a administração levantará um balanço de todas as atividades da sociedade. As administradoras poderão levantar balanços semestrais ou em períodos menores e, com base neles, propor a distribuição antecipada de dividendos. É facultada as sócias, anteciparem mensalmente a distribuição de lucros por conta do exercício, mesmo que seja por presunção.

Os lucros líquidos serão distribuídos aos sócios na proporção ou desproporção de suas quotas, na qual será definido em reunião dos mesmos. A responsabilidade dos sócios nas eventuais perdas será proporcional às respectivas participações em quotas de cada um, na qual será definido em reunião dos mesmos. No caso de verificarem prejuízos, serão eles mantidos em conta especial, para serem cobertos na mesma proporção da divisão de lucros.

## XII - DO FALECIMENTO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades, podendo ser admitidos, no quadro societário, os sucessores do sócio falecido, sucessores e o incapaz, este desde que através de seu representante legal devidamente constituído. Os herdeiros da sócio falecido, de comum acordo, exercerão o direito às quotas. Caso não haja interesse dos herdeiros de ingressarem na sociedade ou no caso dos mesmos não venham a ser aceita pelo sócio remanescente, serão pagos aos herdeiros o resultado dos haveres da sócio falecido, regularmente apurados em balanço especial no dia do evento no prazo de até 12 (doze) meses, atualizado pelo IGP-M da FGV ou outro índice que venha a substituí-lo, de comum acordo entre os sócios, contados da data da apuração.

§1º.- O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolve em relação ao seu sócio. (Art. 1.028 e art. 1.031, CC/2002).

§2º.- O sócio será excluído da sociedade, mediante iniciativa do outro sócio, por falta grave no cumprimento de suas obrigações, ou, ainda, por incapacidade superveniente, (Art. 1.030 CC/2002).

§3º.- A exclusão somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para este fim, ciente a acusada em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

§4º.- O sócio que desejar retirar-se da sociedade, deverá manifestar esta decisão com antecedência mínima de 90 (noventa) dias e oferecer suas quotas em condições de transferência por escrito, tendo a outro sócio o prazo de 90 (noventa) dias para manifestação,

*[Handwritten signature]*  
*E*



também por, escrito, sobre a proposta de transferência ou cessão, ocasião em que a sociedade não dissolverá, sendo que os haveres do sócio retirante serão apurados em balanço para esta finalidade e pagos em até 12 (doze) prestações mensais, acrescidas de encargos financeiros iguais à variação do IGP-M da FGV ou outro índice que venha a substituí-lo, de comum acordo entre os sócios.

§5.º- Havendo contestação ou impossibilidade de acordo, será escolhida, de comum acordo pelos sócios, empresa de auditoria independente para apurar os valores do ativo e passivo da sociedade, da qual levará em conta, particularmente, o valor do "goodwill" (fundo de comércio), utilizando os critérios enumerados nos parágrafos a seguir.

§6.º- O preço de cada quota será avaliado após análise do valor do patrimônio líquido da empresa e as perspectivas de rentabilidade futura. Assim, os bens tangíveis serão avaliados seguindo o critério do custo de reposição como novo, descontada a depreciação, e os bens intangíveis serão avaliados pelo valor presente dos benefícios futuros esperados e a metodologia usual no mercado.

§7.º- Os haveres da empresa, devidamente acrescidos de juros e atualização, adotando-se o mesmo critério de atualização, previsto neste caput, deverão ser apurados para também compor o valor das quotas.

§8.º- Caso o passivo ultrapasse o valor de ser reembolsado pelas quotas, o sócio retirante poderá efetuar o pagamento do saldo remanescente em até 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas também atualizadas conforme prevê o parágrafo quarto deste caput, vencendo a primeira a partir de 60 (sessenta) dias da data do fechamento do balanço para apuração final dos valores.

§9.º- No tocante ao título de estabelecimento, nome comercial ou nome de fantasia, ficará a critério do sócio remanescente optar por sua continuidade ou alteração.

§10.º- O valor das quotas do sócio falecido ou retirante será pago a quem de direito em até 12 (doze) prestações mensais, iguais ou sucessivas, acrescidas de encargos financeiros iguais à variação do IGP-M da FGV ou outro índice que venha a substituí-lo, de comum acordo entre os sócios, vencendo a primeira a partir de 60 (sessenta) dias da data de apresentação do relatório da empresa de auditoria contratada, que será em seguida ao fechamento do balanço para apuração final dos valores, levando-se em conta, os critérios supracitados, a conta de lucros ou reservas.



JUCEP  
26 05 20

§11.º - Decidida à apuração dos haveres do sócio falecido ou retirante, a remanescente, para que a sociedade não sofra solução de continuidade, poderá ceder parte de suas quotas a quem entender, sem que tenha de oferecê-las ao retirante ou a herdeiros e sucessores do falecido.

§12.º - Os honorários da empresa de auditoria que vier a ser contratada, serão suportados pela sociedade, correndo por conta do sócio retirante ou dos sucessores do sócio falecido os encargos que venham a incidir sobre o pagamento dos seus haveres.

§13.º - Dando-se o falecimento ou incapacidade do administrador, a administração da sociedade será exercida, isoladamente pelo(s) sócio(s) remanescente(s), até que este(s) delibere(m) sobre a admissão de sócio e/ou a escolha de novo(s) administrador(es).

### XIII - DA DECLARAÇÃO E DESIMPEDIMENTO

O sócio administrador declara sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

### XIV - DO CONSELHO FISCAL

Fica convencionado pelos sócios que a sociedade não tem Conselho Fiscal.

### XV - DOS CASOS OMISSOS

Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições gerais da legislação em vigor sobre sociedades, especialmente o código civil, lei nº 10.406 de 10 de Janeiro de 2002.

### XVI - DAS DIVERGÊNCIAS SOCIAIS

Sobre as divergências, emissões ou dúvidas que se verificarem entre os sócios, inclusive entre herdeiros do sócio falecido com sócio remanescente, reconhecemos como competente para conhecer e julgar todas as ações decorrentes desses fatos, o foro de São Paulo -SP.

### XVII - DO FORO


Todo e qualquer litígio oriundo deste instrumento, seja entre os sócios, e a sociedade, mesmo durante a fase de liquidação, fica eleito o Foro do Município de São Paulo, Estado de São Paulo, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. O Foro ora eleito, também será competente para o processamento e a execução da sentença arbitral.





E, por assim estarem certos e ajustados, assinam as partes o presente em 03 (três) vias de igual forma e teor, tudo para os mesmos fins e efeitos de direito, com a primeira via destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

São Paulo, 25 de Março de 2020.

  
ELIA ALDERGHAM

  
IVANA ROCHA SILVA

  
EVELIN CAROLINA DO NASCIMENTO



# CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito



NOME  
ELIA ALDERGHAM

DOC. IDENTIDADE/ORG EMISSOR/UF  
G464046N DIREX SP

CPF  
236.570.388-29

DATA NASCIMENTO  
10/05/1997

FILIAÇÃO  
ESSA ALDERGHAM  
MARIAM KASSUHA

PERMISSÃO  
PERMISSÃO

ACC  
ACC

CAT. HAB.  
E

Nº REGISTRO  
07202429657

VALIDADE  
24/01/2020

1ª HABILITAÇÃO  
25/01/2019

VALIDA EM TODO  
O TERRITÓRIO NACIONAL  
1786218051



1786218051

OBSERVAÇÕES  
EAR

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
GSAASCO, SP

DATA EMISSÃO  
26/01/2019

ASSINADO DIGITALMENTE  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

29465865685  
SP941889203

SÃO PAULO

DENATRAN CONTRAN

Oficial de RCPN do 19º Sub. - Perda  
Rua Monte Alegre, 342 - CEP 05014-000  
César Augusto Di Natale Nobre - Oficial

AUTENTICAÇÃO: Autentico a presente cópia reprograda  
conforme o original a mim apresentado, do que dou

S. Paulo, 15 FEV. 2021

José Mauricio de Oliveira  
Substituto do Oficial

Custas e Emolumentos - R\$ 3,70



## QR-CODE

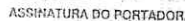


Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio da comparação deste arquivo digital com o arquivo de assinatura (.p7s) no endereço: < <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >.

SERPRO / DENATRAN

PARTE EM BRANCO





464046181461898701

CHEFE/DICRE/DIREX/DPF

ART. 30, II, LETRA E DA LEI 13.445/2017.  
ART. 30, II, 'E', LEI 13.445/2017.

IPBRAALDERGHAM<<ELIA<<<<<<<<<<<<<<<  
G464046N<3SYR9705102M2707174<<<<<<<

Oficial de RCPN do 19º  
Rua Monte Alegre, 342  
César Augusto Di Natali

**AUTENTICAÇÃO:** Autentico a presente cópia reprográfica  
conforme a original a mim apresentada.

S. Paulo, 15 FEV.

José Mauricio de Oliveira  
Substituto do Oficial

Custas e Emolumentos

15040  
MAURICIO DE OLIVEIRA  
A COM. TACACAO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CÉDULA DE IDENTIDADE DE ESTRANGEIRO

RNE: G464046-N CLASSIFICAÇÃO: RESIDENTE VALIDADE: 17/07/2027

NOME: **ELIA ALDERGHAM**

FILIAÇÃO:  
MARIAM KASSUHA  
ESSA ALDERGHAM  
NACIONALIDADE:  
SIRIA  
NATURALIDADE(PA  
SIRIA  
ÓRGÃO EMISSOR:  
CGPI/DIREX/DPF

DATA DE NASCIMENTO: SEXO: M  
10/05/1997  
DATA DE ENTRADA:  
06/09/2015  
VIA: 1  
DATA DE EXPEDIÇÃO: 06/08/2018

PARTE EM BRANCO



MINISTÉRIO DA FAZENDA

**Receita Federal**  
Cadastro de Pessoas Físicas



**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO**

Número  
**238.570.388-29**

Nome  
**ELIA ALDERGHAM**

Nascimento  
**10/05/1997**

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO  
Rua Montefiore, 342 - CEP 05066-000  
Cesár Augusto Di Natale Nobre

**AUTENTICAÇÃO:** Autentico a presente cópia fotográfica  
conforme o original a mim apresentado, do qual dou fé.

S. Paulo, **15 FEV. 2021**

José Mauricio de Oliveira  
Substituto do Oficial

Custas e Emolumentos



**CÓDIGO DE CONTROLE**  
**DF55.0B2B.3063.BFE5**

A autenticidade deste comprovante deverá  
ser confirmada na Internet, no endereço

[www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)

Comprovante emitido pela  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
às 10:43:11 do dia 26/02/2016. (hora e data de Brasília)  
dígito verificador: 00

**PARTE EM BRANCO**